



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Edital de Licitação - Aquisição de Bens

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 27/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23537.004812/2023-76

DATA SESSÃO PÚBLICA: 20/06/2023

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 10h (horário de Brasília)

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 155021

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG-155021, na pessoa do Agente de Licitação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, para os itens, e menor preço por grupo, para os grupos, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER REFERENCIAL Nº 1/2022/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH, contido nos autos deste Processo Administrativo.

Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH, de 13 de setembro de 2019, na Norma Operacional-SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, e às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de insumos médicos hospitalares, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, a fim de atender as necessidades do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens e em grupos, conforme especificado no termo de referência.

1.2.1. Para os itens é facultado ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.2. Para os grupos é facultado ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Para os itens critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Para os grupos o critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;
- 4.3.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.5. que se enquadrem nas vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0, quais sejam:
- 4.3.5.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
- 4.3.5.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 4.3.5.3. impedida de licitar e de contratar com a União;
- 4.3.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 4.3.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 4.3.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.3.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.3.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 4.3.5.9. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
- 4.3.5.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;
- 4.3.5.11. contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
- 4.3.5.12. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

- 4.3.5.13. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.
- 4.3.5.14. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.8. sociedades cooperativas.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;
- 4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- 4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;
- 4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.6. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Partес_Relacionadas_aprovada.pdf.
- 4.7. Ao participar do pregão, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da rede Ebserh, disponível em https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade/cee_codigo_de_etica_jun2020.pdf.

5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.
- 5.2. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 1 (um) dia útil, sendo assegurado, na sequência, o prazo de 1 (um) dia útil para a apresentação das propostas pelos licitantes, se for o caso.
- 5.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail ul.hc-ufmg@ebserh.gov.br.
- 5.4. Quando a impugnação ou esclarecimento for enviado ao Agente de Licitação da Ebserh, exclusivamente em formato digital não editável, ele também deverá ser enviado em mídia (CD, DVD, etc) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal.
- 5.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto no item 5.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no item 5.4 deste Edital.
- 5.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

5.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Ebserh.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

6.1.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente vencedor.

6.2. O envio da proposta pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante provisoriamente vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item;

7.1.2. quantidade;

7.1.3. marca;

7.1.4. fabricante;

7.1.5. descrição complementar do objeto, contendo informações similares à especificação do termo de referência.

7.2. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o Licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como a marca ou o fabricante do produto.

7.3. Para cada item, o Licitante deverá cotar o seu quantitativo total.

7.4. Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.

7.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.9.1. O descumprimento do item anterior pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que contenham vícios insanáveis, apresentarem preços inexequíveis ou identifiquem o Licitante.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Licitação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.13. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Ebserh poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 8.14. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.
- 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.26. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 8.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.26.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- 8.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.27. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 8.27.1. empresas brasileiras;
- 8.27.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

- 8.27.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.
- 8.28. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
- 8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública ou encaminhada a proposta final na fase fechada, o Agente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 8.29.2. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos;
- 8.29.3. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;
- 8.29.4. Também nas hipóteses em que o Agente de Licitação não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor;
- 8.29.5. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item;
- 8.29.6. O Agente de Licitação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 1 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.30. Após a negociação do preço, o Agente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas, sendo que a verificação da sua conformidade será feita exclusivamente em relação à mais bem classificada, cabendo ao Agente de Licitação desclassificar a proposta que:
- 9.1.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.1.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 9.1.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 9.1.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Ebserh;
- 9.1.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 9.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.3.1. Ainda que as referências para identificação de possível inexequibilidade sejam alcançadas, a desclassificação do licitante deverá ser precedida de realização de diligências, confirmação da proposta e outros meios que confirmem a situação inicialmente vislumbrada, que restarão juntadas ao processo de contratação.
- 9.4. A Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.
- 9.4.1. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexequibilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes, desde que não alterem a substância da proposta.
- 9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.6. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6.1. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Licitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Licitação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos itens anteriores, o Agente de Licitação exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado no item 5.3.22 do Termo de Referência e dentro do prazo indicado no item 5.3.2 do Termo de Referência.

9.6.3.1. As amostras deverão ser entregues de acordo com as condições estabelecidas nos itens 5.3 a 5.3.26 do Termo de Referência.

9.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Licitação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.

9.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Ebserh serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.6.3.6. As amostras entregues, passíveis de devoluções, deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo estipulado no item 5.3.26 do Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Ebserh, sem direito a ressarcimento.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

10.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.1.1. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.2. Caso se constate a existência das vedações transcritas nos itens 4.3.5.4 a 4.3.5.8 e 4.3.4.14, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.2.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

10.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3.3. O descumprimento do item anterior implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no Termo de Referência anexo a este Edital.

10.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

10.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.11. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.17.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

- 11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Licitação verificar a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1. Nesse momento o Agente de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, iniciando o prazo da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 12.5. A propositura do recurso ensejará a suspensão do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 13.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Gerente Administrativo para adjudicação do objeto e homologação da licitação.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. GARANTIA DO PRODUTO

- 16.1. Não haverá exigência de garantia do produto dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à garantia legal.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Ebserh poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

18. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Ebserh.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 183 e 184 do RLCE 2.0.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.5. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HCMG, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03/2018 e, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Ebserh, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. REAJUSTAMENTO

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no termo de referência, anexo a este Edital.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

22. PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

23.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

23.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

- 23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 23.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 23.1.7. não manter a proposta; e
- 23.1.8. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 23.2. As sanções do item anterior também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 23.3. Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.
- 23.4. Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio em versão atualizada, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 23.5. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como:
- 23.5.1. frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- 23.5.2. agir em conluio ou em desconformidade com a lei, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 23.5.3. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
- 23.5.4. prestar informações falsas, inclusive quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.
- 23.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH - no que for compatível com o RLCE 2.0 -, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.
- 23.7. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 23.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 8.420/2015.
- 23.8.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.9. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.
- 23.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no termo de referência, anexo a este Edital.

24. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Ebserh, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Ebserh responsável pela contratação.
- 25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do termo de referência.
- 25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e também poderá ser lido e/ou obtido na Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, filial Ebserh, situada na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110, 1º andar, Ala Leste, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, nos dias úteis, no horário das 8 h às 16 h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da realização desta licitação que não possam ser compostos pela conciliação.
- 25.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 25.13.1. **ANEXO I** – termo de referência e seus respectivos anexos (30347349);
- 25.13.1.1. Estudo Técnico Preliminar Simplificado (29030262);
- 25.13.1.2. Mapa de Riscos (29030300);
- 25.13.1.3. Parecer Técnico de Análise de Amostras (29032022);
- 25.13.2. **ANEXO II** - Modelo Ata de Registro de Preços (30052358);
- 25.13.3. **ANEXO III** - Minuta de Termo de Comodato (30352172);
- 25.13.4. **ANEXO IV** - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (30052383).

(assinado eletronicamente)

RODRIGO SANTANA DE ASSIS TITONELI
Chefe da Unidade de Licitações
HC-UFMG/Ebserh



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 05/06/2023, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30352127** e o código CRC **F2AD9BF6**.

Referência: Processo nº 23537.004812/2023-76 SEI nº 30352127



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.004812/2023-76

TERMO DE REFERÊNCIA (MATERIAL MÉDICO E CONSUMO)

AQUISIÇÃO DE INSUMOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Este Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de insumos médicos hospitalares, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, a fim de atender as necessidades do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais é vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital, seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Fundamentação legal e normativa:
- 2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;
- 2.1.2. [Lei nº 6.360](#), de 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;
- 2.1.3. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;
- 2.1.4. [Lei nº 3.555](#), de 08 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 2.1.5. [Lei nº 10.520](#), de 18 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 2.1.6. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;
- 2.1.7. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- 2.1.8. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- 2.1.9. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;
- 2.1.10. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 – Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 2.1.11. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

- 2.1.12. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 2.1.13. [Decreto nº 7.892](#), de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.1.14. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 2.1.15. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.1.16. [Decreto nº 10.024](#), de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- 2.1.17. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 2.1.18. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 2.1.19. Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 2789405) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;
- 2.1.20. Norma Operacional-SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 13520109) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh;
- 2.1.21. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 4ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em agosto de 2021](#);
- 2.1.22. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0;
- 2.1.23. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);
- 2.1.24. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);
- 2.1.25. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);
- 2.1.26. Nota Técnica - SEI Nº 15/2022/SGE/CGS/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 23110063) - Gestão de Almoxarifado: Recebimento de Materiais de Consumo.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.
- 3.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.
- 3.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.
- 3.4. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.
- 3.5. O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais é vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do município de Belo Horizonte e localidades, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.
- 3.6. Este processo trata do registro de preços para eventual aquisição de insumos médicos hospitalares, especificamente de **insumos com fornecimento de equipamentos em regime de comodato**, com o objetivo de repor os estoques no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.
- 3.7. Esta aquisição ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras de um Hospital, uma vez que são insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados.
- 3.8. Adicionalmente, pode-se afirmar que o objeto da contratação contempla insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções de tratamentos, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida de pacientes, além de impedir o cumprimento da missão institucional.

- 3.9. Portanto, a ausência desses insumos, objeto deste Termo de Referência, acarretaria consequências graves ao atendimento dos usuários assistidos, uma vez que poderia resultar em aumento nas taxas de morbidade e mortalidade dentro da instituição, além de aumento considerável nos gastos devido à necessidade de compras emergenciais, que resultam em sua maioria, na aquisição de produtos com um custo mais elevado.
- 3.10. Não obstante, a utilização de registro de preços é mais conveniente para a organização, pois permite contratações futuras, com previsão de entregas parceladas, levando em consideração à frequência das aquisições, médias de consumo e à dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado, estando em conformidade com o artigo 3º, I, II e IV, Decreto nº 7.892/2013.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.
- 4.2. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, critério de julgamento menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede Ebserh - RLCE 2.0, objetivando a assinatura e atas de registro de preços, que permitirão as contratações pelas unidades participantes.
- 4.3. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos técnicos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.
- 4.4. A descrição detalhada dos itens consta na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens

ITEM	CÓD. EBSERH	CÓD. AGHU	CÓD. HC	CATMAT	DESCRIPTIVO	APRESENTAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	INTERVALO MÍNIMO DE LANCES	AMOSTRAS	QUANT. ESTIMADA
GRUPO 01										
OBSEVAÇÃO DO GRUPO 01: A EMPRESA CONTRATADA DEVERA DISPONIBILIZAR NO MÍNIMO 12 UNIDADES DO DISPOSITIVO DE BIOPSIA PARA A UTILIZAÇÃO DA AGULHA, E SUA REPOSIÇÃO EM CASO DE DEFEITO. DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA BIOPSIA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: INSTRUMENTO COMPATÍVEL COM O DISPARO DA AGULHA FORNECIDA; COM CORTE DE ALTA VELOCIDADE; COM TRAVA DE SEGURANCA AUTOMATICA; QUE SE ACOUPLE A TRAVA DE SEGURANCA AUTOMÁTICA; COM OBTENÇÃO DE FRAGMENTO DE TECIDO SÓLIDO; RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO.										
1	EBS01231	509556	609614	603047	AGULHA (CANULA) PARA BIOPSIA DE TECIDOS MOLES TIPO TRUCUT 14 G X 100 MM, COM PENETRACAO DE 22 MM A 25 MM; DEVE SER UTILIZADA EM PISTOLA 2.2; CONEXAO LUER SLIP; CANULA E MANDRIL COM PONTA BISELADA; CANULA E MANDRIL CONFECCIONADOS EM ACO INOXIDAVEL; MANDRIL COM GAVETA PARA RETIRADA DA AMOSTRA; CANULA EXTERNA COM MARCACAO CENTIMETRO A CENTIMETRO PARA FACILITAR A LOCALIZACAO PRECISA DA AREA DE INTERESSE; PONTA ECOGENICA; DEVE SER VISIVEL AO ULTRASSOM; DEVE ESTAR EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA COM ABERTURA ASSEPTICA DE FACIL MANUSEIO; A EMBALAGEM DEVE TER OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE E NUMERO DO RMS, CONFORME LEGISLACAO VIGENTE NA ANVISA. OBSERVAÇÃO: Dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; compatível com a agulha do tipo Tru-cut de diversos calibres; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização e/ou desinfecção em solução de glutaraldeído. A empresa devera consultar previamente o HC/UFGM para se informar sobre o tamanho dos disparadores a serem oferecidos. COMODATO.	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	100

2	504260	668078	603047	<p>AGULHA TIPO TRU CUT PARA DISPOSITIVO AUTOMATICO DE BIPSIA</p> <p>- CALIBRE 14G X 12CM;</p> <p>- PONTA ECOGENICA;</p> <p>- DISPOSITIVO DE DESCARTE DE SEGURANCA.</p> <p>- ESTERIL</p> <p>- DESCARTAVEL.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 1.4cm (+/- 0.1). COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	100	
3	EBS01228	504258	609603	603051	<p>AGULHA (CANULA) PARA BIOPSIA DE TECIDOS MOLES TIPO TRUCUT:</p> <p>- TAMANHO: 16G X 200 MM;</p> <p>- CONEXAO LUER SLIP;</p> <p>- CANULA E MANDRIL COM PONTA BISELADA;</p> <p>- CANULA E MANDRIL CONFECCIONADOS EM ACO INOXIDAVEL;</p> <p>- MANDRIL COM GAVETA PARA RETIRADA DA AMOSTRA;</p> <p>- CANULA EXTERNA COM MARCACAO CENTIMETRO A CENTIMETRO PARA FACILITAR A LOCALIZACAO PRECISA DA AREA DE INTERESSE;</p> <p>- PONTA ECOGENICA;</p> <p>- DEVERA SER VISIVEL AO ULTRASSOM;</p> <p>- EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA COM ABERTURA ASSEPTICA DE FACIL MANUSEIO;</p> <p>- A EMBALAGEM DEVERA TER OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PRO-CEDENCIA, NUMERO DO LOTE E NUMERO DO RMS, CONFORME LEGISLACAO VIGENTE NA ANVISA.</p> <p>OBSERVAÇÃO: A empresa vencedora do certame, deverá fornecer sem ônus para a instituição, o dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido solido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 2.5cm (+/- 0.1). COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	680
4	511334	680368	603052	<p>AGULHA TIPO TRU-CUT PARA DISPOSITIVO AUTOMATICO DE BIOPSIA</p> <p>- CALIBRE 18 G;</p> <p>- COMPRIMENTO DE 10 CM(+/-5%)</p> <p>- PONTA ECOGENICA;</p> <p>- ESTERIL</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	550	

					- DESCARTAVEL - COM DISPOSITIVO DE DESCARTE DE SEGURANCA. OBSERVAÇÃO: Empresa vencedora do certame devera disponibilizar, sem ônus para a instituição, o dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 2.5cm (+/- 0.1). COMODATO.					
5	EBS01233	509554	609590	603055	AGULHA (CANULA) PARA BIOPSIA DE TECIDOS MOLES TIPO TRUCUT 18 G X 250 MM, COM PENETRACAO DE 22 MM A 25 MM; DEVE SER UTILIZADA EM PISTOLA 2.2; CONEXAO LUER SLIP; CANULA E MANDRIL COM PONTA BISELADA; CANULA E MANDRIL CONFECCIONADOS EM ACO INOXIDAVEL; MANDRIL COM GAVETA PARA RETIRADA DA AMOSTRA; CANULA EXTERNA COM MARCACAO CENTIMETRO A CENTIMETRO PARA FACILITAR A LOCALIZACAO PRECISA DA AREA DE INTERESSE; PONTA ECOGENICA; DEVE SER VISIVEL AO ULTRASSOM; DEVE ESTAR EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA COM ABERTURA ASSEPTICA DE FACIL MANUSEIO; A EMBALAGEM DEVE TER OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE E NUMERO DO RMS, CONFORME LEGISLACAO VIGENTE NA ANVISA. OBSERVAÇÃO: A empresa vencedora do certame devera disponibilizar, sem ônus para a instituição, o dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 2.5cm (+/- 0.1). COMODATO.	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	480
GRUPO 02										
6		502328	670976	407760	MANTA PEDIATRICA INTRA-OPERATORIO DIMENSOES: 63 x 104 cm (larg x alt) +/- 5% DE USO UNICO, NAO ESTERIL, PARA AQUECIMENTO DE PACIENTE HIPOTERMICO. CONFECCIONADA EM MATERIAL HIPOALERGICO DE DUPLA CAMADA DE POLIETILENO E SONTARA (POLIESTER E CELULOSE), RESISTENTE A FLUIDOS, SOLUCOES, FUROS E CORTES ACIDENTAIS. TRANSPARENTE AO RAIO-X, COM ENCAIXE PARA PESCOCO E COBRETURA DOS OMBROS. OBSERVAÇÃO: Ver item 4.6.3.3.1.	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	300

7	502325	669161	439389	<p>MANTA TERMICA PARA AQUECIMENTO INTRA OPERATORIO</p> <ul style="list-style-type: none"> - AQUECIMENTO POR AR CONVECTIVO - TAMANHO: 150 CM DE COMPRIMENTO X 100 CM DE LARGURA (+/- 10 CM) - PARA SER USADA NA PARTE INFERIOR DO CORPO - CAMADA INTERNA DE FILME DE POLIETILENO - CAMADA EXTERNA DE NAO TECIDO - RESISTENTE A ROMPIMENTOS, PERFURACOES E FLUIDOS - CONFORTAVEL AO TOQUE - COM DISTRIBUICAO UNIFORME DO FLUXO DE AR - NAO INFLAMAVEL - SEM LATEX - DESCARTAVEL - EMBALAGEM INDIVIDUAL - ESTERIL OU NAO ESTERIL. 	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	700
				OBSERVAÇÃO: Ver item 4.6.3.3.1.					
8	502329	670987	463632	<p>MANTA TERMICA PARA PARTE SUPERIOR DIMENSOES: 71 x 208 cm (larg x alt) +/- 5% DE USO UNICO, NAO ESTERIL, PARA AQUECIMENTO DE PACIENTE HIPOTERMICO. CONFECCIONADA EM MATERIAL HIPOALERGICO DE DUPLA CAMADA DE POLIETILENO E SONTARA (POLIESTER E CELULOSE), RESISTENTE A FLUIDOS, SOLUCOES, FUROS E CORTES ACIDENTAIS. TRANSPARENTE AO RAO-X, COM ENCAIXE PARA PESCOCO E COBERTURA DE OMBROS. CAIXA COM 12 UNIDADES.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	400
				OBSERVAÇÃO: Ver item 4.6.3.3.1.					
ITENS AVULSOS									
9	502301	631497	390225	<p>AGULHA PARA BLOQUEIO DE PLEXO CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CALIBRE 21G X4", - CANULA: (0.80 x 100MM) PARA BLOQUEIO DE PLEXO: - BISEL ESPECIAL A 30 GRAUS; - CANHAO TRANSLUCIDO E COM RANHURAS; - TUBO PARA INECAO E ASPIRACAO COM 40 CM E PRIMMING DE 0.3 ML; - ISOLANTE PARA USO COM ESTIMULADOR ELETRICO DE NERVOS; - COBERTURA COM ISOLANTE PTFE (TEFLON); 	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	2000

					<ul style="list-style-type: none"> - ESTRUTURA EM ACO INOXIDAVEL; - CABO DE ELETRODO ISOLADO E COM ADAPTADOR SOLDADO A EXTREMIDADE PROXIMAL MAIS GROSSA FORA DA SUPERFICIE DA AGULHA; - SUPERFICIE DA AGULHA ABS - LATAO NIQUELADO E FIO DE COBRE COM REVESTIMENTO DE PVC; - PROTETOR DE AGULHA/POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - ESTERIL; - ATOXICO; - APIROGENICO; - ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO; - DEVERA SER SONOVISIVEL (PODERA SER USADA COM O AUXILIO DO ULTRASSOM). <p>OBSERVAÇÃO: A Empresa contratada devera manter no Hospital das Clinicas 01 Aparelho Estimulador de Nervos para bloqueio de plexo, cuja manutenção preventiva e corretiva será de responsabilidade da mesma. Aparelho Estimulador de Nervos para bloqueio de Plexo, com as seguintes características: Portátil; utilizado na realização de bloqueios de nervos periféricos; realiza estimulação com pulsos de amplitude constante; Com autocompensação frente a variações de impedâncias nos tecidos; amplitude de pulso ajustável; display visualizador para apresentação da corrente em MA; indicador de estado da bateria mediante indicação visual; indicação sonora de estimulação; indicação de eletrodo solto ou problema de contato; funcionamento com bateria ou baterias recarregáveis; acompanhado de: cabo conector de adaptação de agulhas e eletrodo terra; conjunto de agulhas isoladas de diferentes tamanhos para membro superior e inferior; estojo de proteção para guarda e transporte; manual de operação em português; manual técnico do equipamento; certificado de garantia de no mínimo 01 ano, a partir da data de aceitação do material. COMODATO.</p>					
10	EBS00010	502300	631486	420485	AGULHA ANESTESICA, APLICACAO P/ BLOQUEIO DE PLEXO: <ul style="list-style-type: none"> - MATERIAL ACO INOXIDAVEL; - CENTIMETRADA; - DIMENSAO 21 G A 22G X 2"; - TIPO PONTA BISEL ESPECIAL 30 G,ISOLADO C/ TEFLON; - CANULA 0,70 X 50 MM; - CANHAO TRANSLUCIDO E COM RANHURAS; - TUBO PARA INJECao E ASPIRACAO COM 40 CM E PRIMMING DE 0,3 ML; - ISOLANTE PARA USO COM ESTIMULADOR ELETRICO DE NERVOS; - COMPONENTE C/ CABO DE ELETRODO ISOLADO E COM ADAPTADOR SOLDADO A EXTREMIDADE PROXIMAL MAIS GROSSA FORA DA SUPERFICIE DA AGULHA; - COMPONENTE II TUBO P/ INJETAR EM PVC; - PROTETOR DE AGULHA/POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CONECTOR UNIVERSAL; - CONECTOR FEMEA C/ TAMPÁ; - CARACTERISTICA ADICIONAL P/ NEUROESTIMULADOR; - TIPO USO ESTERIL; - DESCARTAVEL; - ATOXICO; - APIROGENICO; 	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	2000

				<ul style="list-style-type: none"> - ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO; - EMBALAGEM INDIVIDUAL RESISTENTE COM ABERTURA EM PETALA ASSEPTICA, CONTENDO A IDENTIFICACAO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE DE FACIL VISUALIZACAO; - DEVERA SER SONOVISIVEL (PODERA SER USADA COM O AUXILIO DO ULTRASSOM). 					
				<p>OBSERVAÇÃO: A Empresa contratada devera manter no Hospital das Clinicas 01 aparelho estimulador de nervos para bloqueio de plexo, cuja manutenção preventiva e corretiva será de responsabilidade da mesma. Aparelho estimulador de nervos para bloqueio de Plexo, com as seguintes características: Portátil; utilizado na realização de bloqueios de nervos periféricos; realiza estimulação com pulsos de amplitude constante; com autocompensação frente a variações de impedâncias nos tecidos; amplitude de pulso ajustável; display visualizador para apresentação da corrente em MA; indicador de estado da bateria mediante indicação visual; indicação sonora de estimulação; indicação de eletrodo solto ou problema de contato; funcionamento com bateria ou baterias recarregáveis; acompanhado de: Cabo conector de adaptação de agulhas e eletrodo terra; conjunto de agulhas isoladas de diferentes tamanhos para membro superior e inferior; estojo de proteção para guarda e transporte; manual de operação em português; manual técnico do equipamento; certificado de garantia de no mínimo 01 ano, a partir da data de aceitação do material. COMODATO.</p>					
11	502809	685339	444198	<p>SISTEMA DESCARTAVEL PARA ASPIRACAO DE SECRECOES COMPOSTO POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REFIL TIPO COLETOR FLEXIVEL, RESISTENTE, DESCARTAVEL E DE USO UNICO QUE PERMITA A ASPIRACAO DE SECRECOES EM SISTEMA FECHADO; - CAPACIDADE DE 1 LITRO E GRADUADO A CADA 100 ML; - COM ALTA VEDACAO, RESISTENTE E A PROVA DE VAZAMENTOS; - COM VALVULA OU MEMBRANA ANTI-REFLUXO E ANTITRANSBORDAMENTO; - EXTENSAO DESCARTAVEL E ESTERIL DE NO MINIMO 2 METROS; - SACO VERMELHO COM SIMBOLO 'INFECTANTE' PARA DESCARTE DA BOLSA. <p>OBSERVAÇÃO: Devera ser fornecido, suporte para parede de fácil instalação na beira do leito com 01 canister em material resistente de fácil limpeza; o canister devera ser resistente e acondicionar uma bolsa coletora descartável de 01 litro; o suporte para parede devera ter regulador de pressão de vácuo e botão liga/desliga; o fornecedor devera fornecer quantidade suficiente para atender a demanda do HC-UFMG. COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	2000
12	502808	685328	444199	<p>SISTEMA DESCARTAVEL PARA ASPIRACAO DE SECRECOES COMPOSTO POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REFIL TIPO COLETOR FLEXIVEL RESISTENTE DESCARTAVEL E DE USO UNICO QUE PERMITA A ASPIRACAO DE SECRECOES POR SISTEMA EM CASCATA; - CAPACIDADE DE 2 A 3 LITROS E GRADUADO A CADA 100 ML; 	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	4000

					<div>- COM ALTA VEDACAO RESISTENTE, A PROVA DE VAZAMENTOS E COM CONEXOES PARA VACUO, QUE PERMITAM O USO EM CASCATA E EM NUMERO SUFICIENTE PARA USO IMEDIATO;</div> <div>- COM VALVULA OU MEMBRANA ANTI-REFLUXO;</div> <div>- EXTENSAO DESCARTAVEL E ESTERIL DE NO MINIMO 03 METROS.</div> <div>- SACO VERMELHO COM SÍMBOLO "INFECTANTE" PARA DESCARTE DA BOLSA.</div>					
					<div>OBSERVAÇÃO: Devera ser fornecido, suporte de piso com rodízio com capacidade para 04 canisters em material resistente de fácil limpeza; cada canister devera ser resistente e acondicionar um coletor descartável; cada canister devera ter encaixe perfeito ao suporte de piso; o suporte devera ter altura ergonômica e base móvel com regulador de pressão de vácuo e botão liga/desliga; o fornecedor devera fornecer quantidade suficiente para atender a demanda do centro cirúrgico (mínimo de 16 suportes). COMODATO.</div>					
13		502823	698272	436507	<div>SISTEMA DESCARTAVEL PARA ASPIRACAO DE SECRECOES COMPOSTO POR:</div> <div>- REFIL TIPO COLETOR FLEXIVEL RESISTENTE DESCARTAVEL E DE USO UNICO QUE PERMITA A ASPIRACAO DE SECRECOES POR SISTEMA EM CASCATA;</div> <div>- CAPACIDADE DE 2 A 3 LITROS E GRADUADO A CADA 100 ML;</div> <div>- COM ALTA VEDACAO RESISTENTE A PROVA DE VAZAMENTOS E COM CONEXOES PARA VACUO, QUE PERMITAM O USO EM CASCATA E EM NUMERO SUFICIENTE PARA USO IMEDIATO;</div> <div>- COM VALVULA OU MEMBRANA ANTI-REFLUXO E VALVULA ANTITRANSBORDAMENTO;</div> <div>- SACO VERMELHO COM SIMBOLO 'INFECTANTE' PARA DESCARTE DA BOLSA.</div>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	500
					<div>OBSERVAÇÃO: Devera ser fornecido, suporte de piso com rodizio com capacidade para 04 canisters em material resistente de fácil limpeza; cada canister devera ser resistente e acondicionar um coletor descartável; cada canister devera ter encaixe perfeito ao suporte de piso; o suporte devera ter altura ergonômica e base móvel com regulador de pressão de vácuo e botão liga/desliga; o fornecedor devera fornecer quantidade suficiente para atender a demanda do centro cirúrgico (mínimo de 16 suportes). COMODATO.</div>					
14		502340	685565	443989	<div>CARTUCHO COM 06 CLIPS, PARA LIGADURA MECANICA, TAMANHO PEQUENO</div> <div>-COR AZUL OU AMARELO</div> <div>-EM TITANIO</div> <div>-NAO ABSORVIVEL</div> <div>-RADIOPACO</div> <div>-ESTERIL.</div>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	300
					<div>OBSERVAÇÃO: A empresa contratada devera disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em ate 48 horas em caso de defeito, aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho pequeno; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia aberta, devera ser</div>					

					desmontável, instrumental reutilizável, esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor. COMODATO.					
15		502257	17353	443988	<p>CARTUCHO COM 06 CLIPS, PARA LIGADURA MECANICA, TAMANHO MEDIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COR BRANCA OU AZUL; - EM TITANIO; - NAO ABSORVIVEL; - RADIOPACO; - ESTERIL. <p>OBSERVAÇÃO: A empresa contratada devera disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em ate 48 horas e aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho médio; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo, devera ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta e 02 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor. COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	300
16		502228	1003	443990	<p>CARTUCHO COM 06 CLIPS, PARA LIGADURA MECANICA, TAMANHO MEDIO-GRANDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COR VERDE; - EM TITANIO; - RADIOPACO; - ESTERIL. <p>OBSERVAÇÃO: A empresa contratada devera disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em ate 48 horas em caso de defeito. aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho médio grande; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo devera ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave. deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta e 06 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor. COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	1000
17		507387	624120	443987	<p>CARTUCHO COM 06 CLIPS HEMOSTATICO PARA LIGADURA MECANICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COR LARANJA - TAMANHO GRANDE; - EM TITANIO; - RADIOPACO; - ESTERIL. <p>OBSERVAÇÃO: A empresa contratada devera disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips com as seguintes características: aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips tamanho grande 400mm: desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; instrumental reutilizável; para cirurgia de vídeo, devera ser desmontável, esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta e 02 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	120

					demanda do setor. - em caso de defeito a reposição deverá acontecer em até 48 horas. COMODATO.					
18		502303	632875	443993	<p>CARTUCHO DE CLIPS HEMOSTATICO, PARA LIGADURA MECANICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CARTUCHO COM SEIS CLIPS; - TAMANHO MEDIO; - COR VERDE; - CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM POLIMERO BIOCOMPATIVEL; - PARA USO EM CIRURGIAS ABERTAS OU FECHADAS; - NAO ABSORVIVEL; - RADIOPACO; - ESTERIL. <p>OBSERVAÇÃO: A empresa contratada deverá disponibilizar o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em caso de defeito, aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho médio; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, na primeira entrega a empresa contratada deverá entrar em contato com a coordenação administrativa do CCI (bloco cirúrgico) para informação do número de clipadores que deverão ser fornecidos. COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	120
19		502302	632864	443992	<p>CARTUCHO DE CLIPS HEMOSTATICO, P/ LIGADURA MECANICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CARTUCHO COM SEIS CLIPS; - TAMANHO GRANDE; - COR ROXO; - CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM POLIMERO BIOCOMPATIVEL; - PARA USO EM CIRURGIAS ABERTAS OU FECHADAS; - NAO ABSORVIVEL; - RADIOPACO; - ESTERIL. <p>OBSERVAÇÃO: A empresa contratada deverá disponibilizar o aplicador de clips para o bloco cirúrgico: a empresa contratada deverá disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em até 48 horas em caso de defeito. aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho grande; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo, deverá ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 05 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor. COMODATO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	300
20		502304	632866	443991	<p>CARTUCHO DE CLIPS HEMOSTATICO, PARA LIGADURA MECANICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CARTUCHO COM SEIS CLIPS; - TAMANHO EXTRA-GRANDE; - COR: DOURADO; - CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM POLIMERO BIOCOMPATIVEL; - PARA USO EM CIRURGIAS ABERTAS OU FECHADAS; - NAO ABSORVIVEL; - RADIOPACO; - ESTERIL. 	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	200

					OBSERVAÇÃO: A empresa contratada deverá disponibilizar o aplicador de clips para o bloco cirúrgico: a empresa contratada deverá disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em até 48 horas em caso de defeito. aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho grande; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo deverá ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor. COMODATO.					
21		502603	663540	429106	<p>EQUIPO PARA AQUECIMENTO DE LIQUIDOS DE INFUSAO (SOLUCOES PARENTERAIS E HEMODERIVADOS)</p> <p>- LIVRE DE LATEX;</p> <p>- EM PVC OU SILICONE;</p> <p>- CONEXOES LUER LOCK;</p> <p>- COPO CATA-BOLHAS ENTRE O EQUIPAMENTO E O PACIENTE;</p> <p>- COMPRIMENTO ENTRE O EQUIPAMENTO E O PACIENTE:60CM(+/-10).</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	250
					OBSERVAÇÃO: A empresa vencedora deverá disponibilizar 01 equipamento utilizado para o aquecimento das soluções. COMODATO.					
22		501408	634837	445397	<p>LAMINA PARA APARELHO TRICOTOMIZADOR CIRURGICO:</p> <p>-DESCARTAVEL;</p> <p>-CONFECCIONADA EM ACO CARBONO OU ACO INOXIDAVEL;</p> <p>-LUBRIFICADA COM OLEO.</p>	UNIDADE	AMPLA	R\$0,01	Conforme Tópico 5.3	4000
					OBSERVAÇÃO: A empresa contratada deverá disponibilizar 10 unidades do aparelho tricotomizador cirúrgico, com as seguintes características: para tonsura de pelos finos e grossos; corte de pelos secos e molhados; corte nos dois sentidos do movimento; laminas descartáveis, de fácil encaixe; lamina mantendo distância da pele para evitar cortes de pele; de fácil desinfecção: enxague/desinfetante; interruptor liga/desliga; bivolt: 110/220v, 50/60 hz; cabo de energia com pelo menos 3(três) metros de comprimento; garantia mínima 12(doze) meses; acompanha mínimo de 40(quarenta) lâminas descartáveis; registro no Ministério da Saúde; a reposição/manutenção dos aparelhos será de responsabilidade da contratada. COMODATO.					

4.5. Justificativa para códigos EBSEH não informados:

- I - O trabalho de inserção dos códigos EBSEH se iniciaram no HC/UFMG, porém, devido a alta complexidade dos materiais utilizados na instituição e a compatibilização com os descritivos dos códigos EBSEH, não foi possível a conclusão dos mesmos.
- II - A EBSEH não possui todos códigos que contemplam os materiais adquiridos pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

4.6. OBSERVAÇÕES:

4.6.1. Para todos os itens:

4.6.1.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

- 4.6.1.2. As licitantes deverão apresentar o certificado de registro do produto no Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto n: 8.077 de 14 de agosto de 2013, cuja comprovação ou comprovante de isenção devera ser feita através do sítio da Anvisa ou publicação no DOU (DIARIO OFICIAL DA UNIAO);
- 4.6.1.3. Para facilitar a análise dos comprovantes de regularidade do registro do produto cotado, junto ao Ministério da Saúde, a licitante devera indicar em cada registro o respectivo item licitado;
- 4.6.1.4. O HC-UFGM se reserva o direito de comprovar a regularidade do produto junto ao Ministério da Saúde, mediante consulta ao portal da Anvisa;
- 4.6.2. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
- 4.6.2.1. A licitante que apresentar proposta para os materiais que exigem registro do produto ou isenção do registro do produto no Ministério da Saúde devera possuir Autorização de funcionamento da empresa (AFE) emitido pelo Ministério da Saúde - Anvisa, de acordo com a LEI N: 6.360/1976, com a RDC N. 16/2014, RDC N. 222/2006, RDC N. 336/2020 e PORTARIA SVS/MS N.344/1998; e Alvara de licença sanitária dos estabelecimentos envolvidos na execução da Ata/Contrato, emitido pelo órgão competente de saúde dos estados, distrito federal ou municípios, de acordo com o regulamentado pelo decreto 8.077/13 de 14 de agosto de 2013 e com base na competência atribuída a Anvisa, pela LEI 9782/99.
- 4.6.2.2. Os equipamentos disponibilizados em comodato deverão possuir tecnologia atual e plena condição de funcionamento atestada por documento assinado pelo responsável técnico da empresa ou possuir, no máximo, 02 (dois) anos de fabricação. A comprovação da data de fabricação será feita por meio de plaqueta de identificação no equipamento ou por codificação em seu número de série;
- 4.6.2.3. Mesmo findando a vigência da ata de registro de preços que gerou o fornecimento dos equipamentos em comodato, em existindo estoque de insumos no Hospital, a empresa deverá manter os equipamentos por um período de 6 meses para que seja possível o consumo desses insumos;
- 4.6.2.4. A Contratada deverá ser responsável por toda sua manutenção preventiva, corretiva e calibração (se aplicável), incluindo o fornecimento de peças, nos equipamentos fornecidos em comodato;
- 4.6.2.5. Disposições específicas das manutenções preventivas e corretivas. Os serviços de manutenção preventiva devem contemplar, no mínimo, as intervenções abaixo listadas:
- 4.6.2.5.1. A periodicidade mínima para realização dos serviços de manutenção preventiva devem ser as definidas pelo fabricante do equipamento em sua manutenção de operação e/ou de serviços;
- 4.6.2.5.2. Revisão, controle e limpeza dos elementos que por uso e função os requeira;
- 4.6.2.5.3. Avaliação dos elementos de desgaste assinalados pelo fabricante com a periodicidade indicada pelo mesmo e propor substituição, caso necessário;
- 4.6.2.5.4. Comprovação funcional e ajuste de parâmetros e seus valores nominais, segundo protocolo de revisão do fabricante;
- 4.6.2.5.5. Atualização de software, se aplicável, conforme inovações e alterações feitas pela empresa fabricante do equipamento sem ônus adicionais para o Contratante;
- 4.6.2.5.6. Testes de dispositivos de segurança, que protegem o paciente e operador no caso de alguma pane;
- 4.6.2.5.7. Verificação de partes a serem substituídas e danos físicos aparentes;
- 4.6.2.5.8. Verificação de interfaces externas e internas, incluindo botões, teclas e telas.
- 4.6.2.6. Os prazos para realização dos serviços de manutenção corretiva deverão obedecer os seguintes critérios:
- 4.6.2.6.1. Contato prévio: após encaminhamento da solicitação de atendimento via telefone ou e-mail, a empresa deve realizar contato telefônico para agendamento dos serviços. Este deve ocorrer em no máximo 4 horas úteis;
- 4.6.2.6.2. Atendimento: após agendamento realizado pela empresa, esta deverá deslocar um técnico até o hospital. Este atendimento deve ocorrer em no máximo 48 horas corridas após a solicitação;
- 4.6.2.6.3. Diagnóstico: após o atendimento, a empresa deverá dar o diagnóstico e parecer técnico sobre as causas do defeito em até 48 horas corridas após a solicitação. A contratada deverá emitir juntamente com o parecer técnico, a previsão de tempo e o detalhamento do serviço a ser executado;
- 4.6.2.6.4. Reparo: o reparo deverá ser iniciado em até 24 horas após o diagnóstico e concluído em até 48 horas após o início. Caso seja necessária a aplicação de peças de reposição, ficará descontado o tempo necessário até sua disponibilização no hospital.
- 4.6.2.7. Quando for solicitado algum tipo de manutenção corretiva e/ou preventiva, os técnicos disponibilizados pela Contratada deverão se apresentar obrigatoriamente, identificados com crachá, uniforme da empresa, e com todas as ferramentas necessárias à execução dos serviços no Setor de Engenharia Clínica do HC/UFGM. Em seguida, os mesmos serão conduzidos até o local onde se encontram os equipamentos;
- 4.6.2.8. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas dependências do hospital, de preferência e caso seja possível, no local onde os mesmos se encontram em funcionamento de segunda a sexta-feira de 08:30 às 16:30. Atendimentos fora destes dias e horários poderão ocorrer de comum acordo entre Contratante e Contratada;
- 4.6.2.9. Após a realização de cada manutenção preventiva e caso o equipamento permita, a Contratada deverá fornecer e afixar uma etiqueta adesiva no que deverá constar as datas da última e da próxima manutenção preventiva, além da identificação do técnico responsável pelo serviço e preencher o prontuário do equipamento com todas as informações referentes a esta manutenção;
- 4.6.2.10. Após cada manutenção realizada, deverá ser emitido e entregue à Contratante cópia do relatório individual assinado com identificação de seu emissor, onde constem às condições de operação e funcionamento do equipamento e seus componentes;

- 4.6.2.11. A Contratada deverá apresentar cronograma para prestação dos serviços de manutenção preventiva em, no máximo, 30 dias corridos após a assinatura do contrato. Este deverá ser avaliado e aprovado pelo Setor de Engenharia Clínica do HC/UFG. Os equipamentos serão liberados para a execução dos serviços de acordo com a disponibilidade das áreas assistências do Hospital das Clínicas da UFG;
- 4.6.2.12. Sempre que solicitado pela Contratante, a Contratada deverá emitir relatório com histórico das informações coletadas no período, falhas ocorridas, suas causas e medidas corretivas adotadas;
- 4.6.2.13. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá ainda:
- 4.6.2.13.1. Prestar treinamento local aos médicos, enfermeiros, técnicos e demais operadores dos equipamentos locados;
- 4.6.2.13.2. O primeiro treinamento deve ocorrer em até 7 dias após entrega dos equipamentos e deve ser agendado nos três turnos de trabalho, caso necessário, para abordar todas as equipes da unidade;
- 4.6.2.13.3. Caso demandado pela Contratante, deverá ser realizado treinamento de reciclagem na operação dos equipamentos também nos três turnos de trabalho, caso necessário.
- 4.6.3. **CONDICOES ESPECÍFICAS DOS GRUPOS:**
- 4.6.3.1. **O julgamento será de menor preço global, constituindo-se em motivo de desclassificação de proposta a cotação de apenas um dos materiais.**
- 4.6.3.2. **Os itens 1(609614), 2(668078), 3(609603), 4(680368) e 5(609590) formam o GRUPO 01 que deverão ser da mesma marca sob pena de desclassificação.**
- 4.6.3.3. **Os itens 6(670976), 7(669161) e 8(670987) formam o GRUPO 02 que deverão ser da mesma marca sob pena de desclassificação.**
- 4.6.3.3.1. **Para o GRUPO 02: O FORNECEDOR DEVERA DISPONIBILIZAR O EQUIPAMENTO DE AQUECIMENTO DO AR COMPATÍVEL COM A MANTA, TAMBÉM DEVERA SER DISPONIBILIZADO O SUPORTE PARA O EQUIPAMENTO, A EMPRESA DEVERA DISPONIBILIZAR 15 UNIDADES DE EQUIPAMENTOS DE AQUECIMENTO DO AR EM COMODATO.**
- 4.6.3.4. **A compra por grupo deve-se à interdependência técnica dos produtos e a compatibilidade técnica com o equipamento exigido para utilização e consumos dos produtos. A compra em grupo visa, sobretudo, garantir a funcionalidade, a qualidade dos resultados e a segurança dos pacientes durante os procedimentos.**

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Habilitação - Qualificação Técnica:

- 5.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa;
- 5.1.2. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada;
- 5.1.3. Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União;
- 5.1.3.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#).
- 5.1.3.2. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.
- 5.1.3.3. Comprovação da dispensa do registro do produto na Anvisa, conforme o caso.
- 5.1.3.4. Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.
- 5.1.3.5. Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar a análise.

5.2. Proposta:

- 5.2.1. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- Fator embalagem dos materiais contratados, especificando a quantidade de unidades por embalagem;
- Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- Prazo de validade;
- Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
- Catálogo com imagem e descritivo do item ofertado.

- 5.2.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.
- 5.2.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.
- 5.2.4. Nos preços cotados dos materiais deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.
- 5.3. **Amostras:**
- 5.3.1. A EBSEH se reserva no direito de solicitar amostra do produto ofertado para avaliação técnica ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 5.3.2. O envio/postagem das amostras deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação.
- 5.3.3. O prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa, sendo necessário o aceite da EBSEH.
- 5.3.4. As amostras, quando solicitadas, deverão ser apresentadas juntamente com os descritivos técnicos originais, que contenham a descrição detalhada em português, do produto ofertado.
- 5.3.5. A quantidade das amostras será informada pela Comissão de Padronização de Produtos para Saúde na fase habilitatória, o quantitativo será o mínimo necessário para auferir a qualidade do material, sendo necessária a apresentação da embalagem original, conforme comercializada.
- 5.3.6. Caso necessário, a EBSEH se reserva no direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no Termo de Referência.
- 5.3.7. As amostras deverão ser apresentadas com as seguintes informações:
- a) "Amostra para Análise", além dos dados completos da referida amostra;
 - b) Licitação: número da licitação e do item a que se refere;
 - c) Fornecedor: nome, telefone e e-mail;
 - d) Representante: nome, telefone e e-mail.
- 5.3.8. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais, contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente.
- 5.3.9. Os proponentes deverão constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas, bem como, o número do Registro do produto na ANVISA ou sua dispensa (quando for o caso), que deverá estar em conformidade com a amostra.
- 5.3.10. Quando as amostras não forem disponibilizadas pessoalmente a licitante deverá enviar para o endereço eletrônico ul.hc-ufmg@ebserh.gov.br o código de rastreamento referente ao envio da citada amostra.
- 5.3.11. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:
- a) Nome da empresa;
 - b) CNPJ;
 - c) Itens enviados;
 - d) Telefone para contato;
 - e) Número do Pregão;
 - f) Data do envio.
- 5.3.12. A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. Com isso, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade com a especificação solicitada, isto é, apresentar as características físicas adequadas; desempenho técnico; atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto, oferecendo segurança durante a utilização, tanto para o paciente quanto para os profissionais durante o seu uso.
- 5.3.13. Serão avaliados os seguintes quesitos:
- a) Dentre as características físicas, será avaliado a composição/formulação, coloração, dimensão/medidas, graduação, volume, transparência, absorção, conforto, radiopacidade, hidrorrepelência, biocompatibilidade, trama, textura, adesividade, pressão, número de vias, identificação de vias, sistemas de conexões/ajustes e de controle de fluxo, vedação, flexibilidade, janelas. Isenção de agentes tóxicos, resíduos químicos (p. ex. amido), odor, impurezas, desprendimento de fios, abrasividade, corrosão, peças acessórias, dentre outras características do produto. Características da embalagem, ordenação do material dentro da embalagem, rotulagem, métodos de esterilização, transferência asséptica, resistência, durabilidade, integridade, apresentação, quantidade, data de fabricação e validade, lote, dentre outras características do material, quando aplicável.

- b) Dentre as características de desempenho técnico, será avaliado sua funcionalidade, no que diz respeito a segurança e facilidade no manuseio e higienização; precisão, resistência e legibilidade das escalas graduadas; conexões/ajustes seguro livre de vazamentos; manutenção de fluxo seguro; manutenção das características durante a utilização respeitando o tempo indicado para a utilização, durabilidade; devendo manter as suas características durante o armazenamento e transporte, e enquanto durar o período de validade, dentre outros quando aplicável.
- c) Dentre os requisitos legais, será avaliado o atendimento a legislação no que se refere a Registro no Ministério da Saúde (RMS), notificação/cadastro no Ministério da Saúde e ou certificação de dispensa de registro, Registro no Ministério do trabalho (CA), Laudos técnicos, Normas técnicas, certificados de boas práticas. Informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente a exposição acidental, entre outros, quando aplicáveis. Em relação a esses quesitos, quando necessário, deverão vir informados no rótulo e ou através de documentos enviados pela empresa junto com a amostra do material. Será observado também o atendimento quanto as solicitações de encaminhamento de documentos pela empresa, entre outras informações, quando aplicáveis.

- 5.3.14. Será verificado, ainda, se o produto ofertado possui algum alerta de restrição ou interdição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou mesmo nas filiais Ebserh onde existe controle de qualidade de materiais.
- 5.3.15. Haverá possibilidade de acompanhamento da avaliação das amostras por todos os licitantes interessados, em consonância com o princípio da publicidade.
- 5.3.16. Dessa forma, o não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação.
- 5.3.17. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras serão arquivados pela Ebserh e poderão subsidiar avaliações dos processos licitatórios futuros.
- 5.3.18. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis à aceitação do produto, estes poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item.
- 5.3.19. As amostras poderão ser avaliadas por grade.
- 5.3.20. As amostras, quando solicitadas, serão em caráter de doação.
- 5.3.21. As amostras colocadas à disposição da Ebserh serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas, desmontadas ou instaladas pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectadas a equipamentos e submetidas aos testes necessários.
- 5.3.22. O endereço para envio das amostras é na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 1º andar ala leste, Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG, CEP: 30130-100, em dias úteis, de segunda a sexta-feira no horário de 8h às 16h, aos cuidados da Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - filial EBSERH
- 5.3.23. O prazo para análise das amostras por parte da equipe técnica é de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do material.
- 5.3.24. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes.
- 5.3.25. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências na amostra do produto a ser adquirido, quando esta é exigida.
- 5.3.26. Os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão solicitá-las no e-mail ul.hc-ufmg@ebserh.gov.br, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após serem informados sobre o resultado da análise das mesmas. As amostras solicitadas pelos proponentes deverão ser retiradas em até 20 (vinte) dias úteis no endereço onde foram entregues, a contar da data de solicitação de devolução. Caso o proponente não solicite a devolução da amostra no prazo informado, elas poderão ser descartadas pela Administração.

6. PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

- 6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 6.2. Em respeito à referida Lei, foi adotada a priorização à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tendo sido destacados itens de participação exclusiva de ME/EPP, aqueles com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00.
- 6.3. Com base no princípio da eficiência, foram criados itens de participação ampla equivalentes aos itens de participação exclusiva, os quais serão abertos no certame licitatório para disputa, mas somente avançarão para as fases de aceitação e negociação caso haja frustração dos itens de participação exclusiva.
- 6.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.5. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.(art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);
- 6.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.
- 6.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 6.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.11. A participação de ME/EPP, se dará conforme Justificativa da Pesquisa de Preços.

7. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. A forma de fornecimento será detalhada no Item 9. Modelo de Execução do Objeto.

8. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com validade de 12 (doze) meses.

8.2. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente da ARP.

8.3. Será permitida à adesão a todas as Ata de Registro de Preços oriundas deste processo licitatório.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento:

9.1.1. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente de ARP, que serão encaminhadas ao fornecedor juntamente com uma Ordem de Fornecimento, respeitados os quantitativos por participante, conforme edital.

9.1.2. As seguintes diretrizes devem ser consideradas na emissão de Ordens de Fornecimento:

9.1.2.1. Preferencialmente, o procedimento padrão será de emissão mensal de apenas uma Ordem de Fornecimento por fornecedor;

9.1.2.2. A unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês por motivos de sazonalidade na produção assistencial ou situações intempestivas que ensejam uma solicitação adicional;

9.1.2.3. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deve enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para a equipe de fiscalização, para o endereço eletrônico almoxarifadoa.hcmg@ebserh.gov.br, contendo:

- a) Número do Documento Fiscal;
- b) Data de emissão do Documento Fiscal;
- c) Data prevista para entrega.

9.2. Prazos de entrega:

9.2.1. Para as empresas vencedoras/contratadas, os materiais deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias, a contar do envio da Nota de Compra/Número de Empenho pelo HC-UFMG/EBSERH;

9.2.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Almoxarifado Central de cada unidade hospitalar participante, no horário das 08:00 às 16:00 horas, em dias úteis, salvo com solicitação autorizada pela equipe de fiscalização do contrato, conforme endereço Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 11º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte- MG, CEP 30130-100.

9.2.3. A data prevista para entrega deve ser comunicada pela Contratada diretamente a cada unidade hospitalar, sendo que qualquer alteração na data de entrega prevista deve ser comunicada previamente à unidade pela Contratada, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

9.3. Condições de entrega:

9.3.1. Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

9.3.2. Os produtos entregues devem ter o prazo de validade mínima de 12 (doze) meses ou para produtos com validade total inferior a 12 (doze) meses, apresentar vigência mínima de 80% desta, contados do atesto da nota fiscal.

9.3.3. Na impossibilidade de fornecer o produto que atenda os prazos mínimos anteriormente citados, o fornecedor, desde que previamente autorizado pelo contratante, poderá atender ao pedido com validade menor que a estabelecida mediante apresentação de carta de comprometimento de troca do produto em caso de seu vencimento.

9.3.4. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

- 9.3.5. Os materiais que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares contados da comunicação formal da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque
- 9.3.6. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.
- 9.3.7. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela Anvisa.
- 9.3.8. Deverá constar na embalagem do material: nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, prazo de validade, nº do registro no Ministério da Saúde.
- 9.3.9. Os materiais adquiridos pela Contratante poderão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue, a critério da unidade requisitante, que, conforme sua necessidade, poderá solicitar detalhes sobre as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.
- 9.3.10. A fim de comprovar a qualidade do produto contratado, caso haja queixa técnica ou suspeita de irregularidade da Contratada, a Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise.
- 9.3.11. Caso o material ofertado apresente suspeita de irregularidade, a Contratada deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).
- 9.3.12. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.
- 9.3.13. Os materiais recebidos estarão sujeitas a análise extemporânea e cancelamento da aquisição com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede Ebserh em quaisquer de suas Unidades Hospitalares.
- 9.3.14. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) emitir notas fiscais de venda.
- 9.4. **Recebimento provisório:**
- 9.4.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, com base neste Termo de Referência, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.4.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 9.4.3. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.
- 9.4.4. As informações sobre os lotes e validade devida deverão constar na nota fiscal (NFE) e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) irá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Correção de informações, visto que é através das informações da nota fiscal que são tratados possíveis desvios de qualidade, notificações no vigihosp e/ou alertas de tecnovigilância e farmacovigilância.
- 9.4.5. Para entrega de lotes com validade inferiores as previstas no edital e/ou contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material.
- 9.5. **Recebimento definitivo:**
- 9.5.1. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 9.5.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, será realizado pelo gestor do contrato.
- 9.5.3. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 9.5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 9.5.5. Podendo no recebimento definitivo, a carga ser recusada pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP), tanto de forma integral ou parcial, toda informação divergente do contrato, o fato gerador para a recusa, será formalmente registrado e comunicado ao fornecedor, respeitados os prazos inseridos no edital do processo licitatório.
- 9.5.6. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido a ausência de documentação exigível, negação por parte do fornecedor sobre a troca parcial, negação de emissão de cartas de correção e de Compromisso de Troca de material, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento.
- 9.5.7. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) poderá disponibilizar o material parcialmente recebido e atestado para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo ao fornecedor para solução do problema. Caso o fornecedor não resolva a questão até o prazo estipulado, que poderá ser equivalente ao prazo regular de entrega do edital/contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato

(EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) deverá proceder com a instrução de pagamento da nota fiscal ao fornecedor, com a glosa referente aos quantitativos e/ou produtos em não conformidade.

9.5.8. Para solução do problema, como melhores práticas, o fornecedor poderá entregar o material correto através de nota de simples remessa ou apresentar nota fiscal de devolução dos materiais e/ou quantidades não conformes da carga inicial. Caso o fornecedor se negue a entregar a nota fiscal de devolução a glosa é suficiente para solução do problema. Ainda mais, nos casos em que o fornecedor não realize o recolhimento do produto em até 45 dias, o hospital poderá dar fim a carga em desconformidade.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos decorrentes das ARP consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

10.2. Nos termos do art. 161, *caput*, do RLCE 2.0, será designada Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

10.3. Nos termos do art. 164, § 6º, do RLCE 2.0, caso haja Ordem de Fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos três membros titulares, sendo um necessariamente representante da unidade requisitante.

10.4. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

10.5. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

10.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

10.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os materiais efetivamente entregues, até o 20º (vigésimo) dia útil após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.

11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

11.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da Contratada, a critério da Contratante.

11.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

11.13. Índice de Medição de Resultados - IMR

11.13.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos materiais, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Tabela 5 - Índice de Medição de Resultados - IMR

Indicador nº 1 - Entrega tempestiva dos materiais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega dos materiais no prazo pactuado
Meta a cumprir	O prazo de entrega dos materiais será fixado em 10 (dez) dias, sendo contado após recebimento da Ordem de Fornecimento:
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega dos materiais na unidade contratante
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de entrega dos materiais) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos materiais realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022= 21 dias percorridos)

	*** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da unidade contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
Início da vigência	Data da assinatura da ata de registro de preços
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos materiais: 100% do valor da Ordem de Fornecimento b) Atraso de até 10 dias: 99% do valor da Ordem de Fornecimento c) Atraso entre 10 e 20 dias: 97% do valor da Ordem de Fornecimento d) Atraso acima de 20 dias: 95% do valor da Ordem de Fornecimento
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência. O atraso de até 10 dias, se recorrente, também requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual.
Observações	Caso a Ordem de Fornecimento seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa

12. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

12.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

12.2. Os itens objeto do presente registro de preços caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**13.1. Critério de julgamento:**

13.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

13.1.2. Em se tratando de grupo, o critério de julgamento desses itens deverá ser o de menor preço global.

13.2. Modo de disputa:

13.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

13.3. Intervalo entre lances:

13.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de R\$0,01.

13.4. Condições de participação:

13.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

- a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;
- b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
- c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";
- d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;
- e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh: (...)

VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

13.5. **Condições de habilitação:**

13.5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

13.5.1.1. **Habilitação jurídica:**

13.5.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.5.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.1.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.5.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.5.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

13.5.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.5.1.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

13.5.1.2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

13.5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.5.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.5.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.5.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.5.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

13.5.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

13.5.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.5.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

13.5.1.3.3. A aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

13.5.1.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e a critério da autoridade competente, o patrimônio líquido mínimo de 1% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

13.5.1.3.5. Exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente a 1% (um por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante.

Art. 65 § 13 e 14, inciso III, do RLCE 2.0

§ 13 Quando o requisito de informações sobre capacidade econômico-financeira estiver vinculado ao valor da contratação, o instrumento convocatório deverá indicar que a informação deverá se referir ao valor da proposta apresentada pelo licitante.

§ 14, inciso III O estabelecimento da exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços.

13.5.1.3.6. O artigo 65, inc. IV, "a" do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (RLCE 2.0), prescreve como documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

IV - capacidade econômico-financeira, visando a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

13.5.1.3.7. Os índices financeiros usualmente exigidos em certames licitatórios são os de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, assim conceituados:

LIQUIDEZ GERAL: indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

LIQUIDEZ CORRENTE: indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

SOLVÊNCIA GERAL: expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve, além dos recursos líquidos, também os permanentes.

13.5.1.3.8. Para os três índices mencionados, o resultado " ≥ 1 " (maior ou igual a um) é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo que quanto maior o resultado melhor será a condição da empresa. Ademais, deve ser asseverado que caso as empresas não alcancem o resultado exigido nos índices (≥ 1), existe a possibilidade de comprovação do capital social ou patrimônio líquido de 10 % (dez por cento) do valor da contratação, que é admitido apenas de forma excepcional e justificada, nas compras para entrega futura (art. 65, §§ 13 e 14, inciso III, do RLCE 2.0), ampliando o universo de possíveis licitantes nos certames.

13.5.1.3.9. Portanto, a adoção dos índices não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para o Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh na futura execução do contrato, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.

15.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

15.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

15.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

15.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.

15.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

15.8. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.
- 16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 16.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 16.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 16.7. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las.
- 16.8. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.
- 16.9. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
- 16.10. Em relação à Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), deve cumprir o seguinte:
- 16.10.1. adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;
- 16.10.2. assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 16.10.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;
- 16.10.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 16.10.5. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 16.10.6. apresentar todos os dados e as informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;
- 16.10.7. permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela Contratante ou por ela designadas;
- 16.10.8. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 16.10.9. comunicar à Contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no §1º do art. 48 da LGPD;
- 16.10.10. reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da Contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD;
- 16.10.11. encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa a Contratada que:
- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; e
 - e) cometer fraude fiscal.
- 17.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

- 17.2.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 17.2.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;
- 17.2.1.2. Multa:
- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
 - b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- 17.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
 - d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
 - e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - h) não mantiver a proposta;
 - i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 17.2.2. As sanções previstas nos subitens 17.2.1.1. e 17.2.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
- 17.2.3. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.
- 17.2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.
- 17.2.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.2.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**
- 18.1. Garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido neste Termo de Referência ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
- 19. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**
- 19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.
- 20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 20.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- 20.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:
- Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:
- (...)
- II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
- 20.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

20.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

20.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

20.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

20.7. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

21. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

21.1. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#), cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto nº. 7.892/13.

23. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

23.2. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

23.3. A presente Licitação não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcios, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

1.7.1. Vedação à participação de empresas em consórcio: a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento pacificado na jurisprudência do Tribunal de Conta da União (Acórdãos 1.636/2006 e 566/2006, ambos do Plenário). Acórdão 2869/2012-Plenário item 1.7.1

24. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

24.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

25. MATRIZ DE RISCOS

25.1. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos.

26. ANEXOS

26.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar Simplificado (SEI nº29030262).

26.2. ANEXO II - Mapa de Riscos (SEI nº29030300).

26.3. ANEXO III - Parecer Técnico de Análise de Amostras (SEI nº29032022).

27. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

27.1. Segue para apreciação da Coordenadoria de Administração.

Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Raphael Salomão da Fonseca

Assistente Administrativo

Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

Coordenador (a) da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Alexandre Peixoto Maia

Chefe do Setor de Engenharia Clínica

Unidade/Setor/Serviço

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Daniela Santos Pimenta

Enfermeira

Comissão de Padronização de Produtos de Saúde

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Designação da Equipe: Portaria-SEI 272 (Documento SEI 28535594), publicada no Boletim nº 679 (28571894) de 21 de março de 2023.

De acordo.

Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

(assinado eletronicamente)

Diogo Carvalho Silva

Chefe da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

De acordo.

A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)

Elizete Maria Neme da Silva

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Salomao da Fonseca, Assistente Administrativo**, em 02/06/2023, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Carvalho Silva, Chefe de Unidade**, em 02/06/2023, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Peixoto Maia, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 02/06/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Santos Pimenta, Membro da Comissão**, em 02/06/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Brum de Oliveira Lima, Gerente, Substituto(a)**, em 02/06/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30347349** e o código CRC **48329B4A**.

Referência: Processo nº 23537.004812/2023-76 SEI nº 30347349

Estudo Técnico Preliminar 23/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23537.004812/2023-76

2. Descrição da necessidade

2.1 Estudo Preliminar para aquisição, para aquisição de insumos médicos hospitalares que serão licitados para reposição dos estoques de materiais utilizados em todo o complexo hospitalar do HC-UFMG/Ebserh, em substituição ao pregão 122 /2021.

2.1.1 Trata-se de aquisição de insumos médicos hospitalares com o fornecimento de equipamentos, que serão utilizados nos procedimentos cirúrgicos, tratamento e cuidados aos pacientes do complexo hospitalar do HC-UFMG/Ebserh, em substituição do PE122/2021;

2.1.2. A modalidade de fornecimento dos equipamentos exigidos será definida pelo estudo de viabilidade econômica relacionado a esse processo. As modalidades possíveis de fornecimento são: Comodato, Aluguel e Venda.

2.2 Esses materiais são essenciais na prestação da assistência aos pacientes. Dessa forma, o objetivo dessa contratação é repor os estoques para que não falem materiais que prejudiquem os atendimentos aos pacientes;

2.3 Diante da necessidade fática, explicitada pelo solicitante, promoverá o HC-UFMG, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, licitação, seguindo os preceitos legais da Lei 13.303/16 e do artigo 3, inciso IV, do Regulamento de Licitações e contratos da Ebserh, para satisfação da demanda.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques	Diogo Carvalho Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O certame será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, conforme Decreto nº 10.024/2019.

4.2 Aprovação dos itens sujeita à análise técnica de amostras e catálogos, quando necessário.

4.3 A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme Decreto 7.892/2013.

4.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar a partir da publicação do extrato resumido da ata de registro de preços no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

4.5 Exceto para os materiais que estiverem em uso na instituição nos últimos 03 (três) meses, e que não tenham registros /notificações de impropriedades, na fase de análise técnica as licitantes deverão apresentar amostras dos materiais solicitados pelo HC-UFMG/Ebserh, em até 05 (cinco) dias úteis;

4.6 Os licitantes deverão observar estritamente as especificações técnicas dos materiais constantes no Termo de Referência. Divergências técnicas poderão implicar na desclassificação da proposta apresentada pela licitante.

4.7 Os materiais deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação de fornecimento encaminhada pelo Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos, por meio eletrônico, em remessa parcelada.

4.8 Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central do HC-UFGM/Ebserh, em dias úteis, das 08 às 16h. Endereço: Av. Prof. Alfredo Balena, 110, Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG, Cep: 30130-100; 11º andar, ala leste.

4.9 Os bens deverão ser entregues com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, exceto quando a validade global do produto for comprovadamente inferior a esse prazo.

4.10 A proposta da empresa deverá contemplar a discriminação dos valores unitários de cada material, bem como o valor total dos produtos, obtido pela multiplicação do valor unitário pela quantidade total de cada item.

4.11 A empresa, durante a apresentação da proposta deverá cumprir as recomendações e normas emitidas pelos órgãos ambientais, e, no que couber os previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, apresentando Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do Anexo IV do Edital, além das Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre descartes de resíduos sólidos, matérias contaminantes, bem como a utilização de material atóxico, reciclado e biodegradável.

4.12 O descumprimento das cláusulas contratuais sujeitará as contratadas às sanções previstas no instrumento convocatório que dará origem a esta contratação.

4.13 Trata-se de Estudo Técnico Preliminares referente à aquisição de insumos médicos hospitalares com o fornecimento de equipamentos, que serão utilizados nos procedimentos cirúrgicos, tratamento e cuidados prestados aos pacientes do complexo hospitalar do HC-UFGM/Ebserh, em substituição ao pregão 122/21;

4.14 De acordo com o art. 22, § 9º de Decreto nº 7.892, de 2013, e considerando a alteração incluída pelo Decreto nº 9.488, de 2018, é permitida a adesão à ata de registro de preços por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal.

4.15 A opção pela concessão de adesão à Ata de Registro de Preços deve-se ao fato de o Hospital das Clínicas da UFGM ser integrante da rede de hospitais geridos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), na qual cada membro realiza suas licitações isoladamente.

4.16 Considerando que nesses certames é comum não acudirem empresas interessadas para alguns materiais, ou seja, ficam desertos, como também determinados itens são cancelados no decorrer do processo devido a fatores como, por exemplo, inadequação das amostras à especificação do objeto licitado ou inabilitação das licitantes, a adesão à Ata de Registro de Preços se apresenta como alternativa para suprir essas eventualidades, assegurando o abastecimento de toda a rede e evitando a utilização excessiva do instrumento “dispensa de licitação” ou, em última instância, a aquisição.

4.17 O Hospital das Clínicas da UFGM, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-Ebserh, instrui seus editais tendo por base as minutas elaboradas pela Consultoria Jurídica da Ebserh-CONJUR, em conformidade com o Regulamento de Licitações e contratos da Ebserh 2.0, atualizado em 04/05/2022 e aprovado em 28/04/2022, cumpre salientar que o Decreto Federal 8.250/14 alterou algumas disposições do Decreto Federal 7.892/13, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito do Poder Executivo Federal. E com fundamento nas alterações ocorridas no decreto supracitado, apresenta-se a justificativa para não adotarmos, no momento, como padrão, o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) na qualidade de órgão gerenciador.

4.18 Ao abrir a Intenção para Registro de Preços (IRP) a celeridade dos processos poderia restar comprometida em função do prazo que é determinado por Lei para o registro da IRP, bem como, para a conclusão de todos os procedimentos internos ligados à compra compartilhada, uma vez que, o HC-UFGM/EBSERH realiza anualmente diversos processos licitatórios com grande vulto de itens, indispensáveis para o abastecimento de todo o complexo hospitalar.

4.19 Além do exposto acima, a licitação não será regionalizada e considerando que a Ebserh administra hospitais universitários em quase todas as unidades da federação, para o atendimento dessas instituições hospitalares localizadas nas diversas regiões do país, os fornecedores poderiam elevar seus preços ou até mesmo deixar de participar da licitação, em razão do aumento dos custos com operações logísticas, o que acarretaria em prejuízos incalculáveis para a Administração.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram analisadas contratações similares do mesmo objeto por outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual nos portais Banco de Preços (<http://bancodeprecos.com.br>) e Pannel de Preços (<http://paineldepesos.planejamento.gov.br/>), sendo verificado que a modalidade Pregão vem sendo amplamente utilizada para aquisição destes insumos

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Esta contratação é regida pela Lei 13.303/16;

6.2 Número de itens licitados: 22 (vinte e dois);

6.3 Trata-se de materiais classificados, segundo natureza de despesa, como materiais de consumo não duráveis.

6.4 Os atos que infringirem as cláusulas previstas no instrumento convocatório serão analisados pela área demandante, em conjunto com a Unidade de Almoxarifados e Unidade de Contratos do HC-UFMG/Ebserh. Os casos omissos serão levados à apreciação do Setor Jurídico desta instituição.

6.5 Foram analisadas contratações similares do mesmo objeto por outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual nos portais Banco de Preços (bancodeprecos.com.br) e Pannel de Preços (paineldepesos.planejamento.gov.br), sendo verificado que a modalidade Pregão vem sendo amplamente utilizada para aquisição destes insumos.

6.6 Há exigência de amostras, baseada no fato de que a Comissão de Padronização de Produtos de Saúde do HC-UFMG /Ebserh conduz o processo de certificação da qualidade e conformidade dos produtos que são adquiridos pela instituição.

6.7 Há formação de dois grupos neste processo, sendo o primeiro grupo formado pelos itens 1 ao 5 e o segundo grupo formado pelos itens 6 ao 8; sendo o critério de julgamento destes por menor preço global.

6.8 A compra de todos os itens é totalmente parcelada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Em relação às quantidades, atualmente o Setor de Suprimentos do HC-UFMG utiliza o módulo de gestão de almoxarifados do sistema de informação NetTerm como referência para aquisições e controle de estoques. Este software mantém registros do volume de compras e da série histórica de consumo de todos os materiais utilizados pela instituição, oferecendo instrumentos para um planejamento responsável da Administração ao fixar o quantitativo de cada material que será incluído em processo licitatório.

Dessa forma, o referido sistema de informação utiliza a seguinte fórmula para definir as quantidades que serão adquiridas de cada produto:

$$PD = (SD \times S) / N$$

Onde: PD – previsão de demanda SD – soma da demanda real dos meses passados

n – número de meses considerados

S – percentual de segurança, que é uma porcentagem a mais que é licitada para assegurar um quantitativo ideal que cubra, inclusive, demandas imprevistas em função de aberturas de novos serviços, ampliação nos atendimentos, e outras situações não mensuráveis na oscilação da demanda, como surtos endêmicos sazonais ou epidemiológicos, por exemplo.

7.2 Em paralelo à análise dos relatórios de consumo fornecidos pelo Netterm foi realizada, ainda, consulta à área demandante, com o objetivo de refinar e promover os ajustes necessários na definição das quantidades, conferindo maior robustez ao planejamento realizado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o processo para aquisição dos materiais constantes deste estudo não será classificado como sigiloso, à exceção do valor estimado do objeto da licitação, conforme Art. 34 da Lei nº 13.303/16.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Visando propiciar a ampla participação de licitantes, tendo como consequência o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, os itens deste certame serão adquiridos de forma parcelada, conforme art. 29, inciso III da lei. 13.303/2016.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Analisando a contratação anterior do mesmo objeto no HC-UFGM, não houve registros de eventos significativos referentes à qualidade dos materiais e insumos, acondicionamento e embalagens utilizados pelos serviços mencionados nos itens deste instrumento. Por este motivo estão sendo mantidas as especificações técnicas dos materiais, a modalidade e o regime de contratação.

10.2 Não há contratações correlatas aplicáveis.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A aquisição está alinhada à missão institucional do HC-UFGM, em especial, a prestação da assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e de forma indissociável e integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

11.2 Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Entre os benefícios diretos da contratação está a prestação da assistência aos usuários que necessitam dos procedimentos médicos e cirurgias realizados nas diversas unidades, laboratórios e clínicas do complexo hospitalar do HC-UFGM/Ebserh, conforme demonstrado neste documento;

12.2 Entre os benefícios indiretos encontra-se a contribuição na formação dos profissionais de saúde, residentes e graduandos, visto que o HC-UFGM é um hospital universitário; além do cumprimento do contrato firmado pelo HC-UFGM, enquanto prestador de serviços junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Em atendimento ao artigo 38 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, a contratação dos materiais a serem licitados foi antecedida por planejamento prévio realizado pela equipe de planejamento instituída para esse fim.

13.2 As providências a serem adotadas referentes a fiscalização e capacitação de servidores farão parte do documento Termo de Referência

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Na proposta da licitante deverá constar a observância de práticas de sustentabilidade, conforme disposto na instrução normativa nº 1 de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e da outras providências.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A contratação é considerada viável, pois preenche os seguintes requisitos:

15.1.1 Materiais coerentes com o serviço prestado pela instituição;

15.1.2 Realização de processo licitatório, conferindo transparência e isonomia;

15.1.3 Realização de pesquisa de preços para garantir que os valores serão compatíveis com o mercado.

15.1.4 A contratação visa assegurar a continuidade dos serviços prestados em todo o complexo hospit do HC-UFMG /Ebserh

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAPHAEL SALOMAO DA FONSECA

Assistente Administrativo



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Análise de Riscos - SEI

Processo nº 23537.004812/2023-76

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos irá descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de quais formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de contratação.**

1 – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Risco 01:	Itens ficarem sem cotação (desertos).	
Probabilidade:	Média	
Id	Dano	Impacto
1.	Possibilidade de não cotação dos itens solicitados	Alto, podendo comprometer os serviços prestados aos pacientes do Hospital das Clínicas.
Id	Ação Preventiva	Responsável(is)
1.	Aprimoramento das especificações técnicas dos materiais, a fim de mantê-las alinhadas às do mercado	Unidade demandante e Comissão de Padronização de Produtos para Saúde(CPPS)
Id	Ação de Contingência	Responsável(is)
1.	Utilizar materiais substitutos, se houver	Unidade demandante

Risco 02:	Especificações não espelham o usual do mercado ou das contratações de outros órgãos da Administração Pública	
Probabilidade:	Média	
Id	Dano	Impacto
1.	Pregão deserto ou cancelado, ou seja, a instituição não obtém êxito na aquisição do material.	Alto, podendo gerar desabastecimento.
Id	Ação Preventiva	Responsável(is)
1.	Revisão técnica das especificações previamente à abertura de novo processo licitatório. Desenvolver novos fornecedores.	CPPS, área demandante, Unidade de Planejamento de Compras.
Id	Ação de Contingência	Responsável(is)
1.	Utilizar materiais substitutos, se houver	Unidade demandante

2 – RISCOS DA GESTÃO CONTRATUAL		
Risco 01:	Atraso superior a 90 dias no pagamento dos fornecedores	
Probabilidade:	Baixa	
Id	Dano	Impacto
1.	Suspensão de fornecimento, causando desabastecimento da instituição e eventual prejuízo aos serviços assistenciais.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável(is)
1.	Realização minuciosa de previsão orçamentária da contratação pelo Setor de Orçamento e Finanças (SOF) e envio, pelo Setor de Suprimentos de notas fiscais em tempo hábil para o SOF realizar o pagamento.	Setor de Orçamento e Finanças e Setor de Suprimentos
Id	Ação de Contingência	Responsável(is)
1.	Priorização do pagamento do fornecedor tão logo sejam angariados recursos junto ao governo federal.	Setor de Suprimentos
Risco 02:	Fornecimento de materiais com impropriedades ou que não atendam às especificações técnicas	
Probabilidade:	Média	
Id	Dano	Impacto
1.	Impossibilidade de uso do material, podendo gerar prejuízo às atividades de reprocessamento de materiais.	Médio
Id	Ação Preventiva	Responsável(is)
1.	Conferência sistemática dos materiais no momento do recebimento; realização de especificações claras dos materiais e análise minuciosa das amostras.	Unidade de Almoxarifados, CPPS e Unidade Demandante
Id	Ação de Contingência	Responsável(is)
1.	Contato com o fornecedor para solicitação de troca do lote ou da marca dos materiais; e abertura de processo para apuração de irregularidades, se necessário.	Unidade de Almoxarifados, Unidade de Contratos e CPPS.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Salomao da Fonseca, Assistente Administrativo**, em 25/04/2023, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Peixoto Maia, Chefe de Setor**, em 25/04/2023, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Santos Pimenta, Membro da Comissão**, em 25/04/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria da Silva Neme, Gerente**, em 26/04/2023, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29030300** e o código CRC **D701C39E**.

Referência: Processo nº 23537.004812/2023-76 SEI nº 29030300



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Parecer Técnico de Avaliação Amostra de Material

Processo nº 23537.004812/2023-76

PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA DE MATERIAL

1. Identificação do avaliador

Unidade da Rede Ebserh	
Nome	
Categoria profissional	
Siape	
Lotação	

2. Identificação do processo de compra e item

Número de identificação do processo de compra	
Número do processo SEI da Contratação	
Número do item correspondente à amostra no Edital	
Especificação do item de acordo com Edital	
Código Ebserh (Se houver)	
Código do Sistema de Estoque (Se houver)	

3. Identificação da amostra

Data de recebimento	
Fornecedor/CNPJ	
Fabricante/CNPJ	
Marca	
Lote/série	
Quantidade de Amostras recebidas para avaliação	

4. Avaliação geral do produto e embalagem

Check list	Sím	Não	Não se Aplica	Observações
O produto corresponde ao item solicitado				
A apresentação corresponde à solicitada				
O produto está corretamente identificado conforme TR				
Embalagem está íntegra				

Embalagem proporciona abertura asséptica				
Ausência de resíduos e impurezas na embalagem				
A embalagem permite boa visualização do produto				
A embalagem é adequada ao tipo de produto				
Observações				

5. Avaliação da funcionalidade

Check list	Sim	Não	Não se Aplica	Descrever riscos, dificuldades ou inconformidades, se for o caso
O produto oferece risco ao profissional				
O produto oferece risco ao paciente				
Há dificuldade de manuseio				

6. Avaliação específica

Descrever avaliações específicas com relação ao produto e suas funcionalidades

7. Parecer final

Avaliação de conformidade da amostra	Aprovada	Reprovada
Em caso de reprovação, justificar		

Considerando que a aceitação da amostra constitui condição necessária para adjudicação do objeto do certame licitatório, diante das condições pré-estabelecidas no Termo de Referência, após serem submetidas à avaliação, "Aprovo" "Reprovo" as amostras.

Com fé pública, declaro para os devidos fins a responsabilidade técnica pela avaliação de amostras detalhadas neste parecer.

(assinado eletronicamente)

Raphael Salomão da Fonseca

Assistente Administrativo

Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Salomao da Fonseca**, Assistente Administrativo, em 11/04/2023, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29032022** e o código CRC **3ADA29B9**.

Referência: Processo nº 23537.004812/2023-76 SEI nº 29032022



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Modelo Ata de Registro de Preços - Aquisição Bens

Processo nº 23537.004812/2023-76

ANEXO II
MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG -155021, neste ato representada pelo seu **Superintendente, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão)**, RG nº e CPF nº, nomeado por **(ato de nomeação)**, publicado no **(Boletim/DOU)**, de **(data da publicação)** e por seu **Gerente, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão)**, RG nº e CPF nº, nomeado por **(ato de nomeação)**, publicado no **(Boletim/DOU)**, de **(data da publicação)**, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços nº 27/2023, publicada no Diário Oficial da União de, processo administrativo nº 23537.004812/2023-76, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e no termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes no RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de insumos médicos hospitalares, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, a fim de atender as necessidades do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, por um período de 12 (doze) meses, especificado(s) no termo de referência, anexo do Edital de Pregão nº 27/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Quantidade	Código HC	Unidade	Descritivo	Marca	Valor unitário	Valor total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no RLCE 2.0 e no Decreto nº 7.892/2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada, respeitado o prazo previsto no art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 120 (cento e vinte) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no termo de referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

- 8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.
- 8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- 8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.
- 8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.
- 8.5. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte, (data).

<div>NOME</div> <div>Superintendente - Ebserh</div> <div>NOME</div> <div>Gerente Administrativa - Ebserh</div>	<div>FORNECEDOR</div> <div>Cargo/Representante Legal</div>
--	--



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 24/05/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30052358** e o código CRC **E2AE690E**.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

Fornecedor 1.

Fornecedor 2.

Fornecedor 4.

Fornecedor 4.

Referência: Processo nº 23537.004812/2023-76 SEI nº 30052358



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Minuta de Termo de Comodato nº xxx/2023
Processo nº 23537.004812/2023-76

ANEXO III
TERMO DE COMODATO

Processo n.º 23537.004812/2023-76

TERMO DE COMODATO Nº, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH E A EMPRESA

COMODATÁRIA: A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 , Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG - 155021, neste ato representada pelo seu **Superintendente, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão)**, RG n.º e CPF n.º, nomeado por **(ato de nomeação)**, publicado no DOU, de **(data da publicação)** e por seu **Gerente, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão)**, RG n.º e CPF n.º, nomeado por **(ato de nomeação)**, publicado no DOU, de **(data da publicação)**, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0);

COMODANTE:, com sede na, CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, representada neste ato por, portador da Carteira de Identidade n.º e CPF n.º

Conforme Processo Administrativo n.º 23537.004812/2023-76, de acordo com o Pregão Eletrônico SRP n.º 27/2023, Proposta Comercial apresentada, termo de referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do RLCE 2.0, dos normativos internos da Ebserh, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a disponibilização, para o(s) item(ns) n.º 1 a 22, listados na Tabela 1 do termo de referência, do(s) seguinte(s) bem(ns) em regime de comodato, conforme as exigências descritas no termo de referência:

Item	Descritivo do equipamento a ser fornecido em regime de comodato
GRUPO 01	
OBSEVAÇÃO DO GRUPO 01: A EMPRESA CONTRATADA DEVERA DISPONIBILIZAR NO MÍNIMO 12 UNIDADES DO DISPOSITIVO DE BIOPSIA PARA A UTILIZAÇÃO DA AGULHA, E SUA REPOSIÇÃO EM CASO DE DEFEITO. DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA BIOPSIA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: INSTRUMENTO COMPATÍVEL COM O DISPARO DA AGULHA FORNECIDA; COM CORTE DE ALTA VELOCIDADE; COM TRAVA DE SEGURANCA AUTOMATICA; QUE SE ACOPLE A TRAVA DE SEGURANCA AUTOMÁTICA; COM OBTENÇÃO DE FRAGMENTO DE TECIDO SÓLIDO; RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO.	
1	Dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; compatível com a agulha do tipo Tru-cut de diversos calibres; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização e/ou desinfecção em solução de glutaraldeído. A empresa deverá consultar previamente o HC/UFMG para se informar sobre o tamanho dos disparadores a serem oferecidos.
2	Dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 1.4cm (+/- 0.1).
3	A empresa vencedora do certame, deverá fornecer sem ônus para a instituição, o dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido solido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 2.5cm (+/- 0.1).

4	Empresa vencedora do certame devesa disponibilizar, sem ônus para a instituição, o dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 2.5cm (+/- 0.1).
5	A empresa vencedora do certame devesa disponibilizar, sem ônus para a instituição, o dispositivo automático para biopsia com as seguintes características: instrumento compatível com o disparo da agulha fornecida; com corte de alta velocidade; com trava de segurança automática; que se acople a trava de segurança automática; com obtenção de fragmento de tecido sólido; resistente ao processo de esterilização, disparador com avanço de 2.5cm (+/- 0.1).
GRUPO 02	
6	Para o Grupo 02: o fornecedor devesa disponibilizar o equipamento de aquecimento do ar compatível com a manta, também devesa ser disponibilizado o suporte para o equipamento, a empresa devesa disponibilizar 15 unidades de equipamentos de aquecimento do ar em comodato.
7	Para o Grupo 02: o fornecedor devesa disponibilizar o equipamento de aquecimento do ar compatível com a manta, também devesa ser disponibilizado o suporte para o equipamento, a empresa devesa disponibilizar 15 unidades de equipamentos de aquecimento do ar em comodato.
8	Para o Grupo 02: o fornecedor devesa disponibilizar o equipamento de aquecimento do ar compatível com a manta, também devesa ser disponibilizado o suporte para o equipamento, a empresa devesa disponibilizar 15 unidades de equipamentos de aquecimento do ar em comodato.
ITENS AVULSOS	
9	A Empresa contratada devesa manter no Hospital das Clínicas 01 Aparelho Estimulador de Nervos para bloqueio de plexo, cuja manutenção preventiva e corretiva será de responsabilidade da mesma. Aparelho Estimulador de Nervos para bloqueio de Plexo, com as seguintes características: Portátil; utilizado na realização de bloqueios de nervos periféricos; realiza estimulação com pulsos de amplitude constante; Com autocompensação frente a variações de impedâncias nos tecidos; amplitude de pulso ajustável; display visualizador para apresentação da corrente em MA; indicador de estado da bateria mediante indicação visual; indicação sonora de estimulação; indicação de eletrodo solto ou problema de contato; funcionamento com bateria ou baterias recarregáveis; acompanhado de: cabo conector de adaptação de agulhas e eletrodo terra; conjunto de agulhas isoladas de diferentes tamanhos para membro superior e inferior; estojo de proteção para guarda e transporte; manual de operação em português; manual técnico do equipamento; certificado de garantia de no mínimo 01 ano, a partir da data de aceitação do material.
10	A Empresa contratada devesa manter no Hospital das Clínicas 01 aparelho estimulador de nervos para bloqueio de plexo, cuja manutenção preventiva e corretiva será de responsabilidade da mesma. Aparelho estimulador de nervos para bloqueio de Plexo, com as seguintes características: Portátil; utilizado na realização de bloqueios de nervos periféricos; realiza estimulação com pulsos de amplitude constante; com autocompensação frente a variações de impedâncias nos tecidos; amplitude de pulso ajustável; display visualizador para apresentação da corrente em MA; indicador de estado da bateria mediante indicação visual; indicação sonora de estimulação; indicação de eletrodo solto ou problema de contato; funcionamento com bateria ou baterias recarregáveis; acompanhado de: Cabo conector de adaptação de agulhas e eletrodo terra; conjunto de agulhas isoladas de diferentes tamanhos para membro superior e inferior; estojo de proteção para guarda e transporte; manual de operação em português; manual técnico do equipamento; certificado de garantia de no mínimo 01 ano, a partir da data de aceitação do material.
11	Devesa ser fornecido, suporte para parede de fácil instalação na beira do leito com 01 canister em material resistente de fácil limpeza; o canister devesa ser resistente e acondicionar uma bolsa coletora descartável de 01 litro; o suporte para parede devesa ter regulador de pressão de vácuo e botão liga/desliga; o fornecedor devesa fornecer quantidade suficiente para atender a demanda do HC-UFMG.
12	Devesa ser fornecido, suporte de piso com rodízio com capacidade para 04 canisters em material resistente de fácil limpeza; cada canister devesa ser resistente e acondicionar um coletor descartável; cada canister devesa ter encaixe perfeito ao suporte de piso; o suporte devesa ter altura ergonômica e base móvel com regulador de pressão de vácuo e botão liga/desliga; o fornecedor devesa fornecer quantidade suficiente para atender a demanda do centro cirúrgico (mínimo de 16 suportes).
13	Devesa ser fornecido, suporte de piso com rodízio com capacidade para 04 canisters em material resistente de fácil limpeza; cada canister devesa ser resistente e acondicionar um coletor descartável; cada canister devesa ter encaixe perfeito ao suporte de piso; o suporte devesa ter altura ergonômica e base móvel com regulador de pressão de vácuo e botão liga/desliga; o fornecedor devesa fornecer quantidade suficiente para atender a demanda do centro cirúrgico (mínimo de 16 suportes).
14	A empresa contratada devesa disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em até 48 horas em caso de defeito, aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho pequeno; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia aberta, devesa ser desmontável, instrumental reutilizável, esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor.
15	A empresa contratada devesa disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em até 48 horas e aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho médio; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo, devesa ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta e 02 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor.
16	A empresa contratada devesa disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em até 48 horas em caso de defeito. aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho médio grande; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo devesa ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave. deverão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta e 06 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor.

17	A empresa contratada deves disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips com as seguintes características: aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips tamanho grande 400mm: desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; instrumental reutilizável; para cirurgia de vídeo, devesa ser desmontável, esterilizável em autoclave, devesão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores para cirurgia aberta e 02 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor. - em caso de defeito a reposição devesa acontecer em ate 48 horas.
18	A empresa contratada devesa disponibilizar o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em caso de defeito, aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho médio; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, na primeira entrega a empresa contratada devesa entrar em contato com a coordenação administrativa do CCI (bloco cirúrgico) para informação do número de clipadores que devesão ser fornecidos.
19	A empresa contratada devesa disponibilizar o aplicador de clips para o bloco cirúrgico: a empresa contratada devesa disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em ate 48 horas em caso de defeito. aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho grande; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo, devesa ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, devesão ser disponibilizados no mínimo 05 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor.
20	A empresa contratada devesa disponibilizar o aplicador de clips para o bloco cirúrgico: a empresa contratada devesa disponibilizar em perfeitas condições de uso o aplicador de clips para a utilização dos clips, e sua reposição em ate 48 horas em caso de defeito. aplicador de clips para ligadura mecânica com as seguintes características: desenvolvido para carregar e fechar o clip; utilizável em clips de tamanho grande; desenvolvido para ligação de estruturas tubulares; confeccionado em aço inoxidável; para cirurgia de vídeo devesa ser desmontável, instrumental reutilizável; esterilizável em autoclave, devesão ser disponibilizados no mínimo 02 clipadores desmontáveis para cirurgia laparoscópica, podendo haver aumento do quantitativo de acordo com a demanda do setor.
21	A empresa vencedora devesa disponibilizar 01 equipamento utilizado para o aquecimento das soluções.
22	A empresa contratada devesa disponibilizar 10 unidades do aparelho tricotomizador cirúrgico, com as seguintes características: para tonsura de pelos finos e grossos; corte de pelos secos e molhados; corte nos dois sentidos do movimento; laminas descartáveis, de fácil encaixe; lamina mantendo distância da pele para evitar cortes de pele; de fácil desinfecção: enxague/desinfetante; interruptor liga/desliga; bivolt: 110/220v, 50/60 hz; cabo de energia com pelo menos 3(três) metros de comprimento; garantia mínima 12(doze) meses; acompanha mínimo de 40(quarenta) lâminas descartáveis; registro no Ministério da Saúde; a reposição/manutenção dos aparelhos será de responsabilidade da contratada.

1.2. Este Termo de Comodato se vincula ao Edital de Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo e à proposta apresentada pela COMODANTE, independentemente de transcrição, sendo que o seu objeto deve observar as exigências descritas no termo de referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Comodato é aquele fixado no termo de referência, com início na data de e encerramento em, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 150 do RLCE 2.0.

2.1.1. Em conformidade com o item 4.6.2.3 do Termo de Referência, mesmo findando a vigência da ata de registro de preços que gerou o fornecimento dos equipamentos em comodato, em existindo estoque de insumos no Hospital, a empresa devesa manter os equipamentos por um período de 6 meses para que seja possível o consumo desses insumos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do(s) bem(ns) expresso em moeda nacional, conforme nota(s) fiscal(is) n.º....., apresentada(s) pela comodante e emitida em, é de:

3.1.1.;

3.2. O valor identificado acima não estabelece qualquer vínculo financeiro entre as partes, servindo apenas para identificar o valor do(s) bem(ns) em caso de sinistro.

4. CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA E DA COMODANTE

4.1. A COMODANTE se obriga a emprestar gratuitamente à COMODATÁRIA o(s) bem(ns) descrito(s) na cláusula primeira, em perfeito funcionamento, livre(s) e desembaraçado(s) de qualquer ônus.

4.2. A COMODATÁRIA, por sua vez, obriga-se especialmente ao seguinte:

4.2.1. Zelar pela conservação e manutenção do(s) bem(ns) e utilizá-lo somente para os fins previstos para o comodato;

4.2.2. Comunicar à COMODANTE, imediatamente, qualquer dano que o(s) bem(ns) vier(em) a sofrer;

4.2.3. Em caso de furto ou roubo do(s) bem(ns), promover o registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, enviando a cópia da ocorrência à COMODANTE e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;

4.2.4. Devolver o(s) bem(ns) ao fim do Comodato, no mesmo estado em que os recebeu, livre(s) e desembaraçado(s) de qualquer ônus e em perfeito estado de funcionamento, salvo as depreciações em decorrência do tempo e do uso normal.

5. CLÁUSULA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. As sanções relacionadas à execução do Termo de Comodato são aquelas previstas no termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

6.1. O presente Termo de Comodato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 183 e 184 do RLCE 2.0, sem prejuízo da aplicação das sanções estabelecidas no termo de referência.

6.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina do art. 171 e seguintes do RLCE 2.0.

8. CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1. Incumbirá à COMODATÁRIA providenciar a publicação deste instrumento, após formalizado, no Diário Oficial da União e no Portal da Ebserh, conforme art. 155 do RLCE 2.0.

9. CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Comodato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Local e data

<div><div>NOME</div><div>Superintendente - Ebserh</div><div>NOME</div><div>Gerente Administrativa - Ebserh</div></div>	<div><div>COMODANTE</div><div>Cargo/Representante Legal</div></div>
--	---

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 05/06/2023, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30352172** e o código CRC **4E04AF3B**.

Referência: Processo nº 23537.004812/2023-76 SEI nº 30352172



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.004812/2023-76

Interessado: Unidade de Licitações

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº 27/2023, a empresa (razão social da proponente)

_____, inscrita
no CNPJ sob o nº _____, sediada na (o) (endereço completo)

_____, declara sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do(s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso):

1. Atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do (s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso) em conformidade com a IN 01/2010-SLTI; e
2. Atende as exigências da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Local e data _____

Assinatura do responsável legal



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 24/05/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30052383** e o código CRC **804270A3**.